

Gardolinski, constituem referências da historiografia da imigração polonesa e das escolas étnicas polonesas. Uma das intenções do estudo é somar-se às pesquisas que buscam compreender as experiências escolares dos imigrantes poloneses no Brasil.

Palavras-chave: escolas étnicas polonesas; impressos de educação; Brasil.

CIRCULAÇÃO DE LIVROS ESCOLARES DE MATEMÁTICA NA PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO DO RIO GRANDE DO SUL (1822-1889): PRIMEIROS PASSOS DE UMA PESQUISA

Daiane de Almeida Schramm
Universidade Federal de Pelotas
daiane.schramm@gmail.com

A proposta de trabalho, aqui apresentada, está inscrita no campo da História da Educação Matemática a partir de temáticas relativas à produção e circulação de impressos escolares no período Imperial brasileiro. Trata-se, portanto, da comunicação das etapas iniciais de uma investigação provisoriamente intitulada por “O Império dos Números: análise dos livros escolares de Matemática que circularam na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul”. A pesquisa de Mestrado acadêmico está vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática (PPGEMAT) da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) sob orientação do Prof. Fernando Ripe.

A existência de saberes matemáticos no Império brasileiro (1822-1889) pode ser percebida por meio de diversos estudos bibliográficos. A matemática era vista como uma disciplina fundamental para a formação do intelectual e estava, relativamente, presente tanto em situações do cotidiano – por exemplo, aquelas

que envolviam cálculo monetário e medições – como na educação escolarizada do Império.

Com a chegada da Corte Portuguesa ao Brasil, tornou-se necessário estabelecer uma escola de nível superior que oferecesse cursos para a formação de médicos, engenheiros e outros profissionais técnicos. Nesse contexto, foi criada a primeira escola de Ensino Superior do país, a Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios, que tinha como objetivo formar profissionais capazes de atender às necessidades técnicas do país. Além disso, a chegada da família real também fez com que se abrissem novas oportunidades de trabalho para os professores europeus, que trouxeram novas ideias e técnicas pedagógicas para o país.

Em 15 de outubro de 1827, no Brasil, foi sancionada a primeira lei das escolas de letras, que previa a implantação do Ensino Primário gratuito, que deveria ser estendido a todos os cidadãos.

Conforme Vale (2012), na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, até o ano de 1820, existia na região apenas uma Aula de Latim e nenhuma Escola de Primeiras Letras financiada pelo Estado.

Em 1828, o governo estabeleceu novas escolas para atender homens e mulheres, mas em 1832 havia apenas uma instituição para a educação de meninas enquanto que para meninos existiam seis (SOUZA, 2015). Porém, no final da década de 1830, o número de escolas foi significativamente ampliado, havendo um total de quarenta e quatro Aulas de Primeiras Letras cuja prática pedagógica se baseava no método Lancaster, ou de ensino mútuo (XAVIER, 2008).

Em 1846, a estatística acusava 51 escolas primárias, sendo 36 do sexo masculino e 15 do sexo feminino. Em 1852, este número saltou para 92 escolas, frequentadas por 3.543 alunos (SOUZA, 2015).

As características da organização de classe que avançaram no século XX não mudaram significativamente com o surgimento do Ensino Público. Estas escolas originaram-se das antigas aulas de Aulas Régias, ensinando leitura, escrita e aritmética a jovens de ambos os sexos, bem como aulas de catecismo para deveres religiosos e cívicos, nem sempre organizados (SOUZA, 2015).

Segundo Faria Filho (2010), a importância da educação, adquirida a partir da década de 1860, decorreu do surgimento de uma tradição contestada e ainda delicada que buscava criar um mínimo de organicidade e articulação entre poderes constituídos cuja “educação primária” era prescrita de acordo com o disposto nas leis gerais. Ainda, segundo Faria Filho (2010), observou-se que o debate da educação pública se caracterizou pela necessidade de o Estado-Nação garantir a construção do nacionalismo, ideologia que predominou na Europa desde a difusão do pensamento iluminista. Tanto que, para Machado (2009), o Decreto nº. 7.247, de Leônicio de Carvalho, de 1879, marcou o início do processo de organização da escola públicas. Esse decreto provocou grande polêmica, principalmente por abolir o ensino religioso obrigatório e por considerar o ensino livre.

De modo geral, a circulação de livros escolares refere-se ao processo pelo qual os livros didáticos são distribuídos e utilizados nas escolas. Essa circulação pode ocorrer tanto no âmbito público, por meio de programas governamentais de distribuição de livros, quanto no setor privado, com a aquisição direta pelas famílias ou pelas instituições de ensino.

Compreendemos na contemporaneidade que a circulação de livros escolares é um componente importante para o sistema educacional, uma vez que os livros didáticos desempenham um papel fundamental no processo de ensino e aprendizagem. Esses materiais fornecem conteúdo educacional estruturado, direcionado aos diferentes níveis de ensino e às disciplinas específicas.

Peres e Michel (2018), a partir de livros de registros e inventários no período de 1873 e 1921, investigaram a circulação e o fornecimento de materiais para as escolas públicas gaúchas. Conforme essas autoras, de acordo com os documentos pesquisados, havia registros de livros enviados anualmente para as escolas gaúchas na época, cujos apontamentos eram realizados pelos próprios professores e enviados para as autoridades competentes. Entretanto, alguns registros eram incompletos, havendo falta de informações, por exemplo, da quantidade de exemplares enviadas para as escolas.

Eram as autoridades públicas da época que determinavam quais livros escolares seriam utilizados nas escolas, por meio do Regulamento da Instrução

Pública do Rio Grande do Sul (1869). Um conselho, formado por cinco membros, aprovavam ou reprovavam livros e métodos de ensino adotados nesse período (TAMBARA, 2002; ARRIADA; NOGUEIRA, 2014).

Os principais materiais distribuídos pelo Estado para as escolas públicas no período de 1873 a 1921 eram manuscritos, cartilhas, livros de geografia, de história e de matemática (FRADE, 2016). Conforme Tambara (2002), esses materiais buscavam atender o Ensino Primário e os conteúdos deveriam estar de acordo com a legislação. Segundo Trindade (2001), na fase inicial da escolarização nas escolas gaúchas, os livros de leitura e as cartilhas eram os recursos mais utilizados. A partir de 1913 que se tem registros, por meio dos relatórios do Estado, que fosse utilizado primeiro o livro de leitura e depois a cartilha, cabe ressaltar que essas não eram as únicas obras.

O presente estudo foi baseado em uma revisão de literatura, que se baseou de referências que abordaram a História da Educação, especialmente aquelas focadas na produção e circulação de livros didáticos no período de interesse. A partir da identificação dessas referências, seus conteúdos foram analisados, buscando identificar obras relacionadas ao ensino da matemática na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul.

Com base na pesquisa bibliográfica, foram identificados nove livros de matemática que circularam no período de 1822 a 1889, na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Essas obras encontram-se apresentadas no Quadro 1, a seguir.

Quadro 1: Livro de Matemática que circularam na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul (1822-1889)

Obra	Autor	Ano de circulação	Fonte
Tratado dos Princípios de Arithmética	José Ramos Paz	1859	Tambara (2002)
Taboada segundo o método Pestalozzi	José Ramos Paz	1859	
Compendio de Arithmetica	Ottoni	1885	
Systema métrico	--	1885	

Rudimentos Arithmeticos ou taboadas de sommar, diminuir, multiplicar e dividir com as principaes regras dos quebrados e decimaes	Antonio Maria Barker	1853	Peres e Ramil (2018)
Geometrias	Vasco d'Araujo	1882	
Primeira Aritmética para Meninos	José Teodoro SOUZA LOBO	1883	
Segunda Aritmética	José Teodoro SOUZA LOBO	1884	
Arithmeticas	Demetrio Ribeiro	1889	

Fonte: pesquisa bibliográfica.

Com base nos resultados obtidos, ainda que sejam preliminares, percebe-se que todas as obras identificadas circularam na segunda metade do período do Brasil Império, notadamente, a partir de 1859, demonstrando uma possível dificuldade dos autores de referência na identificação de obras no período de 1822 a 1858. Consideramos, assim, que este fato pode sugerir uma possível lacuna a ser investigada em nossas futuras análises.

Palavras-chave: Na linha subsequente ao resumo, incluir de 3 a 5 palavras-chave, separadas por vírgula.

Referências:

ARRIADA, E.; NOGUEIRA, G. (2014). Produção, circulação e uso de textos escolares e livros de leitura na escola elementar gaúcha. **Historia de la Educación | Anuario SAHE** | Vol. 15 – N° 2 –, p. 168-187.

FARIA FILHO, L. M. Instrução elementar no século XIX. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (Org.). **500 anos de educação no Brasil**. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 135-150.

FRADE, I. Livros de leitura de Abílio César Borges: ideários pedagógicos, produção e circulação. In: Schwartz, Cleonara M; Peres, Eliane; FRADE, Isabel Cristina A. da S. (Orgs.). Estudos da História da Alfabetização e da leitura na escola. Vitória: EDUFES, 2010.

PERES, E.; RAMIL, C., (org.). **Produção e circulação de livros didáticos no Rio Grande do Sul nos séculos XIX e XX**. Curitiba: Appris, 2018. 183p.

SOUZA, J. E. de. O ensino primário na província de São Pedro do Rio Grande do Sul (1888): Documentos para compor uma história da educação de São Leopoldo. **HISTÓRIA UNICAP**, [S. l.], v. 1, n. 2, p. p. 224–235, 2015. DOI: 10.25247/hu.2014.v1, n2.pp. 224-235. Disponível em: <https://www1.unicap.br/ojs/index.php/historia/article/view/429>. Acesso em: 28 maio. 2023.

TAMBARA, E. (2008). Livros de leitura nas aulas de primeiras letras no Rio Grande do sul no século XIX. **Revista Educação e Questão**. Natal. v. 31 n. 17, P. 73-103.

TAMBARA, E. Trajetórias e natureza do livro didático nas escolas de ensino primário no século XIX no Brasil. **História da Educação**. ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, n. 11, p. 25-52, abr. 2002.

TRINDADE, I. **A invenção para uma nova ordem para as cartilhas: ser maternal, Nacional e Mestra: queres ler?** 2001. 524f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa em Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFGRS, Porto Alegre.

VALLE, H. **Entre o público e o privado: A instrução na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul do Séc. XIX (1822-1889)**. História e-história, [S.l.], 30 jul. 2012. Disponível em: <http://historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=alunos&id=449>. Acesso em: 14 abr. 2014.

XAVIER, I. O projeto de instrução pública da República Rio-grandense (1836-1845). **Revista Didática Sistemica**, Rio Grande, v. 8, p. 281-294, jul./dez. 2008. Disponível em: Acesso em: 14 abr. 2014.